



**VAMOS
À LUTA!**

INFORMAÇÃO
ORGANIZAÇÃO
UNIDADE
POR DIREITOS

**4º BOLETIM
INFORMATIVO**

SETEMBRO • 2026

SERVIDORES PÚBLICOS FORTES FAZEM UM BRASIL MAIS JUSTO

SERVIDORES FEDERAIS *EM MOVIMENTO*

**POR VALORIZAÇÃO
DAS CARREIRAS,
DIREITOS E UM SERVIÇO
PÚBLICO DE QUALIDADE**

*JUNTOS
SOMOS
MAIS
FORTES*



**SERVIÇO PÚBLICO VALORIZADO
É DIREITO DA POPULAÇÃO**



@juntosvamosaluta

www.juntosvamosaluta.com.br

PRINCIPAIS PAUTAS UNIFICADAS DOS SERVIDORES FEDERAIS (2027)

As entidades representativas, através do **FONASESE** (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais) e **FENASPS** (Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência), unificaram suas principais pautas de reivindicações em três eixos centrais:

1.

NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIREITOS DO TRABALHO



- **Convenção nº 151 da OIT:** Regulamentação da negociação coletiva, data-base unificada, direito de greve e liberação para mandato classista, ou seja, aprovação do Projeto de Lei 1893/2026.
- **Revogação de Restrições:** Fim da trava do arcabouço fiscal (que limita aumento real a 0,6% acima do IPCA), revogação de normas restritivas dos governos anteriores.

2.

CARREIRAS, SALÁRIOS E BENEFÍCIOS



- **Reestruturação das Carreiras.**
- **Defesa do Concurso Público e da Estabilidade dos Servidores Públicos.**
- **Tabela Única do Executivo:** Correção de assimetrias remuneratórias com tabela unificada para níveis Superior, Intermediário e Auxiliar.
- **Equiparação e Benefícios:** Isonomia nos auxílios entre os Três Poderes, auxílio-saúde com contrapartida estatal mínima de 50% e criação do programa "Desenrola Servidor" para renegociação de consignados.

3.

PREVIDÊNCIA E APOSENTADOS



- **Fim da Bi-tributação Previdenciária (PEC 6/2024 e PEC 555/2006):** Apensamento e aprovação para redução e extinção gradual da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas.
- **Garantia de Direitos:** Defesa da aposentadoria integral com paridade, criação do auxílio-nutrição para inativos e revogação do Decreto nº 10.620/2021 (devolvendo a gestão de aposentadorias aos órgãos de origem).

PLOA 2027: REAJUSTE E IMPACTOS NO EXECUTIVO FEDERAL

Enviado em 31/08/26 o PLOA 2027 (Projeto de Lei Orçamentária Anual) prevê salário mínimo de R\$ 1.741,00 e contenção de despesas obrigatórias de pessoal.



R\$ 9 bilhões

Reserva para reajuste em 2027



R\$ 24 bilhões

Reajuste 2025–2026



IPCA + 0,6%

Limite de aumento das despesas

1.

RECOMPOSIÇÃO SALARIAL E RESERVAS



- **Valores:** Reserva de **R\$ 9 bilhões** em 2027 para o reajuste de servidores do Executivo federal, somando-se ao reajuste de **R\$ 24 bilhões** (2025–2026).
- **Natureza:** Verba autorizativa (limite máximo e sinalização política). A aplicação depende da futura gestão e da LRF (lei de responsabilidade fiscal).

2.

TRAVAS FISCAIS E RESTRIÇÕES



- **Gatilho de Pessoal:** Aumento de despesas limitado a **IPCA + 0,6%**.
- **Benefícios:** Auxílio-alimentação/refeição travado no IPCA acumulado desde abril/2026 (sem ganho real, ampliando a desigualdade entre Poderes).
- **Carreiras:** Reestruturações só ocorrem sob custo zero.

3.

REIVINDICAÇÃO SINDICAL (FONASEFE / FENASPS)



- Defendem **mobilização** no Congresso por reformas na LRF, para que o serviço público seja tratado como investimento social de combate às desigualdades, e não como corte de gastos.

COMITÊS GESTORES DA CARREIRA E DOS SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS:

ESPAÇOS CONQUISTADOS COM LUTA COLETIVA

Os Comitês Gestores da Carreira do Seguro Social e dos Serviços Previdenciários são espaços conquistados pela organização e pelas greves dos servidores. O Comitê da Carreira, previsto desde o acordo de greve de 2015 e retomado nas greves de 2022 e 2024, foi regulamentado pelo Decreto nº 12.695/2025 e instalado em 2026, após mais de uma década de reivindicações. Já o Comitê Permanente dos Serviços Previdenciários — Serviço Social e Reabilitação Profissional — é resultado direto do acordo da greve de 2022 e teve suas reuniões retomadas em março de 2026, após quase três anos de interrupção.



No Comitê Gestor da Carreira, os principais debates têm envolvido a **reestruturação da carreira**, atribuições dos Técnicos e Analistas, nível superior para ingresso no cargo de Técnico, **Adicional de Qualificação (AQ)**, **incorporação gradual da GDASS** ao vencimento básico, **concursos públicos**, dimensionamento da força de trabalho e **condições de trabalho**. A FENASPS tem defendido que a regulamentação das atribuições fortaleça as funções exclusivas dos servidores, impeça a terceirização e o esvaziamento da carreira e assegure a valorização profissional. Também cobrou a atualização dos estudos sobre a incorporação da GDASS e defendeu que o AQ alcance igualmente os servidores aposentados que se qualificaram durante sua trajetória funcional.

PRINCIPAIS TEMAS EM DEBATE

- reestruturação da carreira
- Adicional de Qualificação (AQ)
- incorporação gradual da GDASS
- concursos públicos
- condições de trabalho

No **Comitê Permanente dos Serviços Previdenciários**, os debates concentram-se nas condições de trabalho e na preservação das atribuições técnicas do Serviço Social e da Reabilitação Profissional. A FENASPS cobrou o cumprimento dos acordos de greve, especialmente a manutenção do limite de cinco avaliações sociais por dia, a realização das demais atividades técnicas previstas nos manuais, o enfrentamento da sobrecarga, do assédio e do adoecimento dos servidores e a solução das questões relacionadas à compensação da greve e ao duplo vínculo profissional.



Outro ponto central de reivindicação da FENASPS é o **funcionamento democrático dos Comitês**. No caso dos Serviços Previdenciários, a Federação contestou a tentativa de alteração unilateral do regimento, especialmente a mudança do caráter deliberativo para consultivo, a restrição à participação de suplentes, a concentração da decisão sobre convidados e a redução da periodicidade das reuniões. A defesa é por reuniões bimestrais, participação efetiva das entidades e manutenção do caráter deliberativo, conforme pactuado no acordo de greve.

Assim, a principal demanda da FENASPS é transformar os Comitês em espaços efetivos de **negociação, participação e decisão**, e não apenas em instâncias formais. A Federação sustenta que os avanços conquistados precisam resultar em medidas concretas de valorização da carreira, respeito às atribuições profissionais, melhoria das condições de trabalho, cumprimento dos acordos de greve e fortalecimento do INSS como instituição pública, com qualidade no atendimento à população.

GREVES DO INSS DE 2022 E 2024: CONQUISTAS, PERDAS E DESAFIOS

**SERVIDORES
DO INSS
FORTALECEM
O BRASIL**

As greves de 2022 e 2024 representam momentos importantes da luta dos servidores do INSS pela valorização da carreira, melhores condições de trabalho, defesa dos serviços previdenciários e reconhecimento profissional. Podemos considerar que a greve de 2024 esteve diretamente relacionada ao não cumprimento de compromissos assumidos, assumidos em 2022, demonstrando a continuidade da mobilização da categoria.

GREVE DE 2022 — CONQUISTAS E PENDÊNCIAS

**62 dias**Março a
maio de 2022

Realizada por 62 dias, de março a maio de 2022, a greve resultou em compromissos assumidos relacionados à **reestruturação da carreira, incorporação da GDASS ao Vencimento Básico (VB), nível superior para Técnico do Seguro Social, concurso público e discussão dos processos de trabalho.**

Entretanto, parte significativa desses compromissos **não foi efetivada**. A incorporação da GDASS ao VB, uma das principais reivindicações históricas da categoria, não se concretizou. Também permaneceram pendentes as questões relativas à valorização da carreira e outras medidas de valorização e reestruturação.

Outro problema foi a **compensação da greve**, que permaneceu em disputa durante anos. A FENASPS sustentou durante negociações desde 2022 que a categoria já havia realizado produção suficiente para compensar a demanda represada e, em 6 de agosto de 2026, o INSS publicou a Portaria DGP/INSS nº 145, reconhecendo como **integralmente compensadas as horas não trabalhadas em decorrência da greve de 2022**. Trata-se de uma importante vitória da categoria e da atuação da FENASPS e sindicatos filiados, pois encerra uma pendência que se prolongava desde 2022.

GREVE DE 2024 — CONTINUIDADE DA LUTA

**114 dias****2024**

A greve de 2024, com **114 dias de duração**, teve como uma de suas principais motivações justamente o cumprimento das reivindicações e compromissos não efetivados após 2022. A pauta incorporou a **reestruturação da carreira, recomposição salarial, valorização dos servidores, nível superior, incorporação da GDASS ao VB, melhoria das condições de trabalho, revisão das metas e defesa dos serviços previdenciários.**

O movimento resultou em algumas conquistas, especialmente na reestruturação remuneratória, com reajustes previstos para 2025 e 2026 e alterações na tabela da carreira. Não podemos esquecer que a categoria e suas entidades representativas lutaram ferozmente contra assédios conduzidos pelo Presidente do INSS à época e que permaneceram questões estruturais sem solução definitiva, especialmente a **incorporação da GDASS ao VB, a reestruturação da carreira pleiteada pela categoria e entidades, o nível superior para Técnico e problemas relacionados ao modelo de gestão, metas e produtividade.**

Além disso, diferentemente de 2022, a **compensação da greve de 2024 permanece em discussão**. A FENASPS defende que seja realizado levantamento da produção e da demanda acumulada para demonstrar que também houve compensação efetiva.



CONCLUSÃO

2022 foi uma greve de **resistência e conquista de compromissos**; 2024 foi, em grande medida, uma greve de cobrança, continuidade e ampliação dessas conquistas. A Portaria DGP/INSS nº 145/2026 representa uma **vitória concreta** da luta da categoria, ao reconhecer finalmente a compensação integral da greve de 2022. Entretanto, não encerra a agenda sindical: permanecem em disputa a valorização efetiva da carreira, incorporação da GDASS ao VB, nível superior, carreira típica de Estado, condições de trabalho e o reconhecimento da compensação da greve de 2024. A **principal lição** é que conquistas obtidas em acordo precisam ser acompanhadas de mobilização permanente para garantir sua efetiva implementação.

LEI Nº 15.367/2026 E A GTATA APROFUNDAM A DESIGUALDADE SALARIAL ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS

MESMO
TRABALHO,
DIREITOS
IGUAIS!

A Lei nº 15.367/2026 instituiu reformas e novas carreiras no serviço público federal com a intenção de modernização, contudo gerou disparidades remuneratórias entre servidores ativos, aposentados e pensionistas do Poder Executivo. Entre as principais novidades está a GTATA (Gratificação Temporária de Execução e Apoio a Atividades Técnicas e Administrativas), regulamentada também pela Portaria MGI nº 5.617/2026.

1. ABRANGÊNCIA E EXCLUSÕES



- **Quem recebe:** Servidores da Lei nº 8.112/1990 em efetivo exercício em funções técnicas e administrativas de órgãos específicos (ex.: Saúde, Previdência e Trabalho).
- **Quem NÃO recebe:** Servidores integrantes de carreiras estruturadas regulamentadas por leis próprias, como os ocupantes de cargos do INSS (Lei nº 10.855/2004).

2. VALORES E LIMITES REMUNERATÓRIOS



- **Nível Superior:** Gratificação de até **R\$ 4.089,70** (remuneração total somada não pode exceder R\$ 18.633,28).
- **Nível Intermediário:** Gratificação de até **R\$ 1.119,77** (remuneração total somada não pode exceder R\$ 8.020,04).

3. REGRAS E ASPECTOS CRÍTICOS



- **Restrições:** Não integra aposentadorias ou pensões, não possui efeitos financeiros retroativos e não serve de base de cálculo para outros benefícios.
- **Limitação de Vagas:** Limitada a um contingente global de **36.980 servidores:**
 - Ministério da Saúde: 20.264 (nível médio) e 14.446 (nível superior)
 - Ministério da Previdência: 03 (nível médio) e 119 (nível superior)
 - Ministério do Trabalho: 20 (nível médio) e 1.812 (nível superior)

4. RISCOS IDENTIFICADOS



- Atingimento rápido das cotas por ordem de concessão (podendo excluir servidores elegíveis por atraso na análise).
- Ausência de cronograma para ampliação do quadro.



A GTATA, da forma como foi implementada, aprofunda as desigualdades no serviço público e reforça a necessidade de uma política salarial justa, isonômica e que valorize todos os servidores.

VALORIZAÇÃO
PARA TODOS
OS SERVIDORES!

**INFORMAÇÃO
É FORÇA NA
NOSSA LUTA!**

**SERVIDORES
DO INSS
FORTALECEM
O BRASIL**

**TRABALHO DIGNO
SERVIÇOS PÚBLICOS
PARA TODOS**



**VAMOS
À LUTA!**

INFORMAÇÃO • ORGANIZAÇÃO • UNIDADE • POR DIREITOS

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

**SERVIÇO PÚBLICO FORTE
FAZ UM BRASIL MAIS JUSTO**



@juntosvamosaluta

www.juntosvamosaluta.com.br